

A Formação Econômica de Santana do Livramento/RS: Análise da Pecuária como Eixo Estrutural

The Economic Formation of Santana do Livramento/RS: Analysis of Livestock as a Structural Axis

La Formación Económica de Santana do Livramento/RS: Análisis de la Pecuaria como Eje Estructural

Recebido em: 30/04/2018

Aprovado em: 10/05/2018

Avaliado pelo sistema double blind review

Editoria Científica: Comissão Científica do II SIED e Carolina Freddo Fleck

Dylan Heydt - UNIPAMPA (dylan_dhy@hotmail.com)
Debora Nayar Hoff
Alessandra Troian

Resumo

O processo histórico de formação econômica do estado do Rio Grande do Sul está fortemente relacionado com a atividade pecuária. Antes mesmo do território rio-grandense pertencer a Portugal, e posteriormente ao Brasil, a pecuária bovina estava presente nas civilizações Jesuítas. Também em Santana do Livramento a pecuária se desenvolveu como uma importante estrutura econômica, mantendo-se presente ao longo da história e determinando os caminhos do desenvolvimento socioeconômico regional. Neste contexto, o objetivo deste artigo é analisar a formação econômica de Santana do Livramento tomando a pecuária como elemento estrutural. Para tanto, utilizou-se o método histórico-estruturalista, com uso de pesquisa bibliográfica e documental e uso de dados secundários. Como resultado destaca-se que o gado bovino já estava presente no território que corresponde ao atual município e foi um dos elementos influenciadores de seu povoamento e de sua formação espacial inicial. Através da pecuária surgiram as primeiras indústrias no município, frigorífica e lanífera. A distribuição fundiária caracterizada pela existência de grandes propriedades, aliada com a baixa produtividade da pecuária, possibilitou o surgimento da produção de arroz. Por fim, a atividade pecuária se modificou com o passar do tempo, mas sempre se relacionando com os demais setores da economia de Santana do Livramento.

Palavras-chave: Pecuária; Economia; Estruturalismo; Desenvolvimento

Abstract

The historical process of economic formation in the state of Rio Grande do Sul is strongly related to livestock activity. Even before the territory of Rio Grande do Sul belonged to Portugal, and later to Brazil, cattle ranching was present in the Jesuit civilizations. Also in Santana do Livramento livestock farming has developed as an important economic structure, keeping itself present throughout history and determining the paths of regional socioeconomic development. In this context, the objective of this article is to analyze the economic formation of Santana do Livramento by taking livestock as a structural element. For this, the historical-structuralist method was used, using bibliographical and documentary research and the use of secondary data. As a result, cattle were already present in the territory that corresponds to the present municipality and was one of the influencers of their settlement and their initial spatial formation. Through the livestock raising the first industries appeared in the municipality, cold storage and wool producer. The land distribution characterized by the existence of large properties, coupled with the low productivity of livestock, allowed the emergence of rice production. The land distribution characterized by the existence of large properties, coupled with the low productivity of livestock, allowed the emergence of rice production. Finally, livestock activity has changed over time, but is always related to the other sectors of the economy of Santana do Livramento.

Keywords: Livestock; Economy; Structuralism; Development.

Resumen

El proceso histórico de formación económica del estado de Rio Grande do Sul está fuertemente relacionado con la actividad pecuaria. Incluso antes de que el territorio de Río Grande perteneciente a Portugal y más tarde a Brasil, la ganadería estaba presente en las civilizaciones jesuitas. También en Santana do Livramento la pecuaria se desarrolló como una importante estructura económica, manteniéndose presente a lo largo de la historia y determinando los caminos del desarrollo socioeconómico regional. En este contexto, el objetivo de este artículo es analizar la formación económica de Santana do Livramento tomando la ganadería como elemento estructural. Para ello, se utilizó el método histórico-estructuralista, con uso de investigación bibliográfica y documental y uso de datos secundarios. Como resultado se destaca que el ganado bovino ya estaba presente en el territorio que corresponde al actual municipio y fue uno de los elementos influyentes de su poblamiento y de su formación espacial inicial. A través de la ganadería surgieron las primeras industrias en el municipio, frigorífica y lanífera. La distribución agraria caracterizada por la existencia de grandes propiedades, aliada con la baja productividad de la ganadería, posibilitó el surgimiento de la producción de arroz. Por último, la actividad pecuaria se modificó con el paso del tiempo, pero siempre relacionándose con los demás sectores de la economía de Santana do Livramento.

Palabras clave: Ganadería; economía; estructuralismo; Desarrollo.

1 INTRODUÇÃO

O processo histórico de formação econômica do estado do Rio Grande do Sul está fortemente relacionado com a atividade pecuária. Após o descobrimento da América Latina, o gado se espalhou pelo campo, sem a interferência de predadores, sem barreiras a sua mobilidade e com a abundância de pasto e água, reproduziu-se rapidamente. Essa condição permitiu a constituição de atividades pecuárias a partir da caça ao gado selvagem. Posteriormente avançando para produção pecuária bovina nas civilizações Jesuítas, antes mesmo do território rio-grandense pertencer a Portugal, e posteriormente ao Brasil. (PESAVENTO, 1985; FLORES, 1996; ALBORNOZ, 2000; ROCHA, 2011; MONTEBLANCO, 2013).

A fartura de gado na região atraiu os interesses comerciais das coroas ibéricas. As disputas entre Portugal e Espanha, pelo controle da riqueza em gado que existia na região, determinaram o processo de ocupação rio-grandense, bem como a dinâmica de sua principal atividade econômica até o século XX (PRADO JUNIOR, 1976; PESAVENTO, 1985; FURTADO, 2007).

Nesse contexto de disputas territoriais das coroas ibéricas, o território que corresponde atualmente ao município de Santana do Livramento, começou a receber os primeiros imigrantes portugueses no início do século XIX. Em 1811 o exército português conquista de fato o território do atual município, iniciando a distribuição de sesmarias (CAGGIANI, 1983; SHÄFER, 1993; ALBORNOZ, 2000; MONTEBLANCO, 2013). As primeiras sesmarias eram habitadas por gado selvagem, de modo que uma das primeiras atividades econômicas da região era a captura e doma do gado para a comercialização (PESAVENTO, 1985; PANIÁGUA, 2003).

Dado esse contexto inicial, pode-se dizer que desde o princípio da formação econômica e social de Santana do Livramento, a pecuária se desenvolve como uma importante estrutura econômica, que se mantém presente ao longo da história. A atividade pecuária se modificou com o passar do tempo, em alguns momentos figurando com maior ou menor importância no cenário econômico do município, mas sempre se relacionando com os demais setores da economia.

Destarte, partindo da relação existente entre a pecuária e a economia de Santana do Livramento o presente estudo tem como objetivo analisar como se deu a formação econômica de Santana do Livramento ao se tomar a pecuária como elemento estrutural de análise. Como metodologia optou-se pela utilização do método histórico-estruturalistaⁱ, apoiando-se na construção metodológica presente na obra de Celso Furtado (1972). Acredita-se que o método histórico-estruturalista, é adequado para analisar a pecuária como estrutura central no processo de formação econômica de Santana do Livramento, através de cortes verticais no tempo, pode-se identificar a sua influência sobre os demais setores da economia do município. Foram usadas pesquisas bibliográficas e documental, bem como dados secundários para compor o rol de informações necessário ao entendimento deste processo histórico.

O artigo está organizado da seguinte forma: inicialmente será analisado como surge a atividade pecuária no Rio grande do Sul e como a atividade se tornou predominante na metade sul do estado. A seguir, aborda-se a influência da pecuária na formação espacial e social do município, com o surgimento de latifúndios e da elite militar de proprietários de terras. Por fim, discute-se de que maneira a pecuária influenciou o surgimento das atividades saladerilⁱⁱ, industrial e como a baixa produtividade da pecuária influencia a diversificação produtiva proporcionada pela agricultura, principalmente do arroz e pelos assentamentos sem-terra. Algumas considerações finais são tecidas na última seção do artigo.

2 A PECUÁRIA NO RIO GRANDE DO SUL

O Estado do Rio Grande do Sul teve uma colonização tardia quando comparado a outras regiões da América. Esse fato deve-se à falta de riquezas comerciais que interessassem ao mercado das metrópoles europeias (PESAVENTO, 1985; QUEIROZ, 1985; ALBORNOZ, 2000; ROCHA, 2011). “Por isso, essa parte da América ficou mais de um século esquecida, sem despertar o interesse dos europeus” (BRUM, 1985, p.18). Apesar da colonização tardia, existiam povoados indígenas na região, os quais antecedem em séculos a chegada dos europeus. Os vestígios de povoados aborígenes existentes remetem a 12000 anos, habitando principalmente a região sul do atual Rio Grande do Sul (MONTEBLANCO, 2013).

Os primeiros europeus a se fixarem na região foram os padres jesuítas espanhóis, vindos do Paraguai para fugir das perseguições dos bandeirantes paulistas, que buscavam índios para escravizar. Os jesuítas fundaram em 1626 as reduções de Tape - localizadas na região noroeste e centro do atual Estado - e trouxeram consigo os índios guarani, além de serem os responsáveis pela introdução do gado na região, que acabou se tornando um elemento fundamental na economia gaúcha (PESAVENTO, 1985; FLORES, 1996; ALBORNOZ, 2000; ROCHA, 2011; MONTEBLANCO, 2013).

Os jesuítas estavam presentes em terras dos atuais Paraguai, Argentina e Brasil, formando o que ficou conhecido como os 30 povos missioneiros. As missões eram parte do sistema colonial espanhol, que se utilizavam de agrupamentos indígenas sob os preceitos cristãos para a ocupação do território. Nesse sistema colonial, em 1634, foi introduzido o gado na região. Também através dos jesuítas, com o intuito de armazenar o gado, surgiram às primeiras estâncias, na forma de grandes criatórios naturais lugares em que os povoados jesuítas tiravam seu sustento (UESLER, 2011; MONTEBLANCO, 2013). “Foram estas reduções do Tape as responsáveis pela

introdução e dispersão do gado pelo Pampa, a maior expressão do espaço rural na região até os dias de hoje e elemento fundamental [...]” (MONTEBLANCO, 2013, p. 82) na formação econômica do Rio Grande do Sul.

Pouco tempo após o estabelecimento na região, na década de 1640, os jesuítas tiveram que abandonar as reduções de Tape, expulsos por bandeirantes que as invadiam constantemente em busca de metais preciosos e índios para escravizar (PESAVENTO, 1985). Na fuga ficou para trás o gado bovino (ALBORNOZ, 2000).

Este gado, solto, dispendo de condições de mobilidade, sem a interferência de predadores, se difundiu instintivamente para o sul, onde encontrou abundância de água e pasto, reproduzindo-se rapidamente e formando a reserva de gado conhecida como “vacaria Del Mar”, que se espalhava pela metade sul do atual território do Rio Grande do Sul e pelo Uruguai, incluindo a porção do espaço correspondente a atual Santana do Livramento. (MONTEBLANCO, 2013, p. 83).

Estima-se que alguns anos depois do abandono do gado, pelos Jesuítas, o número de animais, entre equinos e bovinos, chegou a 48 milhões de cabeças. A reserva de gado que havia se desenvolvido na região despertou o interesse de diversos atores ali inseridos, como os índios não aldeados, castelhanos aventureiros, portugueses, índios cristãos remanescentes das missões de Tape e mestiços. Estes extraíam sebo e couro para vender nos centros coloniais brasileiros e da região do Prata (PESAVENTO, 1985; FLORES, 1996; ALBORNOZ, 2000; ROCHA, 2011; MONTEBLANCO, 2013).

A interação entre os povos, proporcionada pela pecuária possibilitou o intercâmbio cultural entre índios e europeus, modificando os hábitos de ambos, além de gerar um ambiente propício para as trocas econômicas. O intercâmbio cultural deu origem à imagem do gaúcho como um caçador de gado que extraía o couro e vendia, sem pertencer a nenhuma nação ou possuir terras (PESAVENTO, 1985; MONTEBLANCO, 2013).

Na época, o couro era o principal produto da pecuária, bem como o de maior valor comercial. A carne era apenas um subproduto do processo, parte era consumida como forma de sustento dos gaúchos e o restante era deixado para apodrecer no campo (PESAVENTO, 1985). As primeiras estâncias jesuítas surgiram por volta de 1660 na região sul do estado como um meio de facilitar o processo de captura e transporte do gado, proporcionando aumento da produtividade pecuária (FLORES, 1996; PANIÁGUA, 2003; MONTEBLANCO, 2013).

Portugal só passou a dar importância às terras do extremo sul, no final do século XVII, quando teve a oportunidade de obter maiores lucros com a exploração comercial destas, uma vez que eram o único caminho português para a região de Buenos Aires (ROCHA, 2011). Este movimento da coroa Portuguesa irá contribuir para a consolidação do território e para a vinculação deste com a atividade pecuária. Corrobora com isso a afirmativa de Prado Junior (1976) quando considera o território rio-grandense efetivamente ocupado a partir da segunda metade do século XVIII, justamente quando iniciaram as explorações produtivas da região ligadas à pecuária. Também suporta o argumento a afirmativa de Furtado (2007), quando sinaliza a atividade pecuária como um elemento presente na região sul desde o início de sua ocupação, mesmo que essa atividade não estivesse ligada às transações comerciais externas, num primeiro momento.

2.1 O SURGIMENTO DA ECONOMIA PECUÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL

A economia pecuária do Rio Grande do Sul, o gado para consumo e transporte, passou a ter valor comercial a partir do século XVIII, decorrente da expansão da atividade mineradora no Brasil. Furtado (2007, p. 121) explica que:

A elevação dos preços dos alimentos e dos animais de transporte nas regiões vizinhas constituiu o mecanismo de irradiação dos benefícios econômicos da mineração. A pecuária, que encontrara no Sul um hábitat excepcionalmente favorável para desenvolver-se - e que, não obstante sua baixíssima rentabilidade, subsistia graças às exportações de couro -, passará por uma verdadeira revolução com o advento da economia mineira. O gado do Sul, cujos preços haviam permanecido sempre em níveis extremamente baixos, comparativamente aos que prevaleciam na região açucareira, valoriza-se rapidamente e alcança, em ocasiões, preços excepcionalmente altos.

A criação de mulas que se desenvolveu no Rio Grande do Sul possibilitou a integração do Estado com a economia brasileira, de modo que a cada ano milhares de mulas saíam do Rio Grande do Sul para abastecer a economia mineira. “O rebanho rio-grandense foi integrado ao conjunto da economia brasileira, como principal fornecedora de animais para a região das minas” (ROCHA, 2011, p. 66). Fato que caracterizou esse tipo de pecuária como a principal fonte de renda da região no século XVIII (FURTADO, 2007).

Nesse período o gado de corte só precisava ser caçado no campo, existindo em abundância na “Vacaria del Mar”. Em relação ao rebanho mular, esse precisou ser buscado nos territórios espanhóis pelos tropeiros, onde já haviam sido usados no transporte das minas de prata de Potosi (PESAVENTO, 1985; FURTADO, 2007; ROCHA, 2011). Importante destacar que a atividade de mineração espanhola já estava em decadência na época em que emerge a mineração brasileira (PESAVENTO, 1985). Milhares de animais vacuns e muars subiam do Rio Grande do Sul em direção ao centro do país, surgindo nesse período novas vias de comunicação ligando a região ao resto do país.

A crescente demanda por gado para a região mineira, associado à extração do couro, acabou por apressar a devastação do rebanho, tornando necessário medidas que pusessem fim a atividade predatória, substituindo-a por outra em que houvesse a reprodução dos animais. A coroa portuguesa vendo uma boa oportunidade para garantir a posse do gado e da faixa de terras entre Laguna e Sacramento começou a distribuir sesmarias. Neste contexto, alguns tropeiros, que haviam ganho com o comércio do gado caçado, passaram a reinvestir seus lucros na criação (PESAVENTO, 1985).

As sesmarias eram doadas a tropeiros que se sedentarizaram e a militares que se dedicariam à pecuária, ocupando áreas próximas ao litoral. Constituíram-se assim, as primeiras estâncias portuguesas no Rio Grande do Sul, no século XVIII, dedicadas a atividade pecuária extensiva e utilizando-se da mão de obra de peões (PESAVENTO, 1985).

A decadência das minas no final do século XVIII ocasionou a diminuição da demanda por gado. Porém, esse fenômeno não causou a decadência da economia sulina, que no momento possuía dois novos produtos comercializáveis, trigo e charque. Através deles “mercantilizava-se a economia rio-grandense, com uma produção especializada de

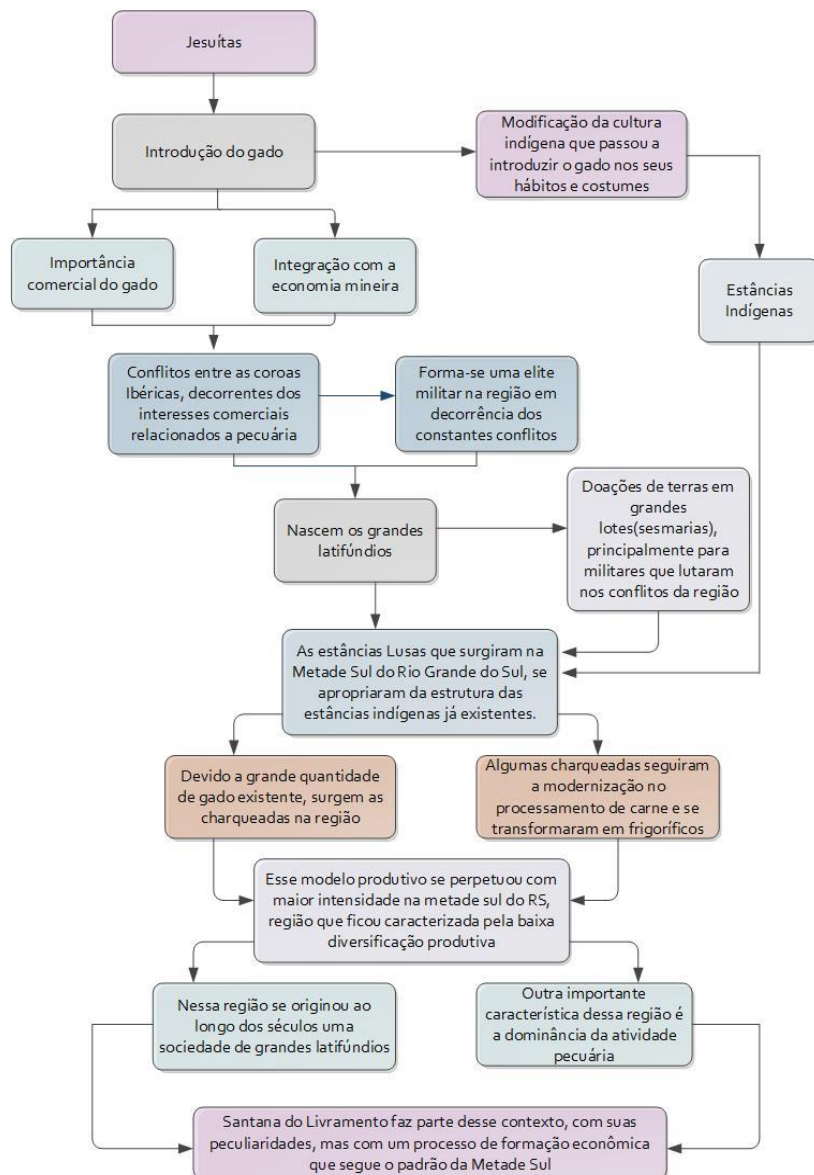
determinados produtos que objetivavam o mercado interno brasileiro” (PESAVENTO, 1985, p. 16).

A produção de trigo está relacionada ao processo de colonização açoriana e representou expressiva participação nas exportações gaúchas a partir de 1780. Os casais açorianos foram trazidos ao Estado para ocuparem a região das missões após o tratado de Madri em 1750. Porém, novos conflitos e a revogação desse tratado impossibilitaram que os açorianos se instalassem na região reposicionando-os em lotes de terras próximas ao litoral rio-grandense. Os colonos açorianos se dedicaram a agricultura, principalmente do trigo. Parte de seus lucros foram reinvestidos no aumento da capacidade de produção, por meio do aumento de trabalho nas plantações, principalmente com a aquisição de escravos (PESAVENTO, 1985).

Paralelamente ao desenvolvimento do trigo, teve início a mercantilização da pecuária através do charque. O charque acabou se revelando uma atividade lucrativa, “fez com que aqueles açorianos que haviam conseguido acumular um pouco com o trigo, se orientassem para a pecuária (PESAVENTO, 1985). O mercado nacional brasileiro favoreceu a atividade charqueadora, por possuir demanda estável de charque, destinado principalmente à alimentação de escravos. Para Rocha (2011, p. 68), “em nenhuma outra região do Brasil a criação de gado teve tanta importância comercial como na rio-grandense, fundamentando as atividades econômicas da região por três séculos (XVII, XVIII, XIX)”.

A pecuária foi responsável ao mesmo tempo pelos conflitos entre as coroas ibéricas e o surgimento de um modo de produção que caracterizou a formação econômica do Rio Grande do Sul (Figura 1).

Figura 1 – O percurso histórico da pecuária no Rio Grande do Sul



Fonte: Elaboração própria.

Em um primeiro momento a expansão da economia mineira, atribuiu valor comercial ao rebanho que existia na região. As relações econômicas decorrentes do processo possibilitaram o surgimento da indústria do charque que prosperou mesmo com a decadência da economia mineira. Os estancieiros que haviam ganhado sesmarias e gado fizeram dessa uma atividade quase exclusiva na região, determinando o surgimento da chamada Metade Sul, com baixa diversificação produtiva, grandes latifúndios, grandes rebanhos e baixo desenvolvimento.

3 FORMAÇÃO SÓCIO ESPACIAL: A DINÂMICA DA GRANDE PROPRIEDADE E O MUNICÍPIO DE SANTANA DO LIVRAMENTO

As primeiras estâncias a ocuparem o território do atual município de Santana do Livramento foram às missioneiras, ainda na segunda metade do século XVII. A necessidade de armazenar o gado fez com que o povo Yapeyúⁱⁱⁱ fosse o primeiro dos povos a estabelecer a uma estância missioneira na região, por volta de 1640. Essa já abrangia uma parte da área do município, uma vez que Santana do Livramento pertencia ao território missioneiro. É importante destacar que as estâncias missioneiras seguiam um critério de localização na Campanha, geralmente entre nascentes e margens dos rios (PANIÁGUA, 2003; MONTEBLANCO, 2013). Para Rocha (2011), existiam dois tipos de estâncias missioneiras, as grandes e as pequenas, ambas administrada por padres jesuítas ou espanhóis de confiança. As grandes ficavam distantes dos núcleos urbanos das missões e se destinavam a criação de gado. As pequenas se destinavam a invernar os animais que vinham das estâncias grandes, antes de serem consumidos, essas se localizavam perto dos núcleos urbanos das missões (FLORES, 1996; ROCHA, 2011).

O padre representava o administrador da estância, residia em sua sede e os índios subdividiam entre capatazes, responsáveis pela coordenação do trabalho e vaqueiros. Para melhor aproveitar o espaço criam-se postos, presentes em diversos pontos da estância habitados por índios cristãos e suas famílias. A doutrina católica dos índios faz com que esses criem capelas próximas a seus redutos habitacionais. A atividade econômica consistia na produção pecuária bovina e ovina principalmente, além da agricultura de subsistência (PANIÁGUA, 2003; UESLER, 2011; MONTEBLANCO, 2013).

Os postos e as estâncias se organizavam de maneira bem parecida, dificultando a distinção entre ambos. As estâncias eram constituídas de postos, galpões, currais ou mangueiras e sede, além de capelas (PANIÁGUA, 2003; MONTEBLANCO, 2013). Possibilitavam que o gado fosse amansado e tratado, aumentando seu valor comercial no Rio da Prata. O trabalho se constituía de mão de obra especializada e constante, originando a figura do capataz e do vaqueiro (peão ancestral) (PANIÁGUA, 2003; UESLER, 2011; MONTEBLANCO, 2013). A divisão territorial da estância missioneira, bem como suas relações de trabalho e sua organização social hierárquica foram elementos que configuraram as bases materiais das estâncias privadas luso-brasileiras que se estabeleceriam na região no século XIX (PANIÁGUA, 2003; ROCHA, 2011; MONTEBLANCO, 2013). Assim, “fica clara a importância das estâncias missioneiras para a constituição da tradicional estância oitocentista, cujas características ainda são tão presentes em Santana do Livramento” (MONTEBLANCO, 2013).

Quando os portugueses se apropriaram das estâncias, reproduziram, de forma muito similar, a organização socioeconômica presente. A mão de obra foi absorvida e os remanescentes das missões, principalmente indígenas, passam a trabalhar para o proprietário da terra junto a escravos (PANIÁGUA, 2003; UESLER, 2011; MONTEBLANCO, 2013). No entanto, os constantes conflitos na região e a necessidade de manter a posse das novas terras ensejou o surgimento de uma elite militar. Os militares tornaram-se estancieiros e fizeram de suas estâncias verdadeiras células militares, com tropas compostas de peões e escravos (MURADÁS, 2008). A peculiaridade na colonização de Santana do Livramento, está relacionado a sua localização na

fronteira, considerada estratégica inicialmente para a coroa portuguesa e posteriormente ao império brasileiro. Nesse sentido, Christillino (2010, p.117) argumenta que:

As terras de Santana do Livramento foram incorporadas definitivamente aos domínios luso-brasileiros no início do [século] XIX e, por se tratar de região fronteira, suas terras foram rapidamente concedidas em forma de sesmarias aos chefes militares e milicianos cujo estabelecimento naquelas terras foi fundamental à afirmação das divisas meridionais do Império Português na América.

O poder político da elite militar foi se consolidando ao longo do século XIX, através dos inúmeros conflitos militares. A independência do Uruguai promoveu a concorrência do charque uruguaio com o charque rio-grandense. O Uruguai levou algumas vantagens nessa concorrência, o que desagradou à elite militar rio-grandense, e desencadeou a “Revolução Farroupilha”. Em 20 de setembro de 1835 foi declarada a República Rio-Grandense, e se iniciou a “Guerra dos Farrapos” (CAGGIANI, 1983; PESAVENTO, 1985). Durante os dez anos de Revolução Farroupilha, 1835-1845, foram travadas inúmeras batalhas no território de Santana do Livramento. Depois de seu término, diversos oficiais e soldados escolheram fixar residência no município, como foi o caso de David Canabarro (CAGGIANI, 1983).

Santana do Livramento teve ainda participação em outros conflitos militares na região, como a “Guerra do Paraguai” (1865-70) e a “Revolução Federalista” (1893-95) no final do século. Por ser um município de caráter militar, teve relação com praticamente todos os conflitos da região, seja recebendo acampamentos militares ou fornecendo soldados e comandantes, a exemplo da guerra do Paraguai, na qual muitos soldados e oficiais da cidade estiveram presentes.

Os conflitos são importantes para se entender como surgiu a elite militar de proprietários de terras, pois foi através deles que muitos acenderam socialmente e enriqueceram. Além de terras, os militares também acumularam gado, principalmente o uruguaio que “foi contrabandeado para as charqueadas sulinas, sendo alvo das chamadas “califórnicas” promovidas por estancieiros gaúchos” (PESAVENTO, 1985, p. 41).

Especificamente para Santana do Livramento, pode-se citar, dentre outros, dois exemplos de militares que ascenderam socialmente através dos conflitos militares na região, Luís Osório^{iv} e David Canabarro. O primeiro, foi o mais destacado militar sul-rio-grandense no século XIX, saiu da Guerra do Paraguai^v como o “grande soldado”, já David Canabarro, foi um dos principais chefes políticos da fronteira, ainda jovem participou das campanhas na Cisplatina e na guerra de independência do Uruguai, na qual recebeu a patente de tenente. Também nesse período se estabeleceu em Santana do Livramento, para se dedicar à pecuária. Na Revolução Farroupilha, se tornou general (CAGGIANI, 1992) o que lhe proporcionou capital político, sem o qual não teria acumulado o seu patrimônio.

O limite das sesmarias nem sempre eram respeitados (PANIÁGUA, 2003) alguns militares utilizavam seus poderes políticos para aumentar as posses territoriais. Outras formas utilizadas para aumentar as propriedades eram: o matrimônio; a violência (coagindo os proprietários pobres a venderem suas terras); apropriação; e a fraude documental (GARCIA, 2005; MONTEBLANCO, 2013).

A Lei de Terras de 1850, obrigava todos os possuidores de terras a declararem suas propriedades, sob pena de multa. Entre 1854 e 1857 foram realizados os registros, junto às paróquias. Sobre os registros paroquiais vale observar um exemplo que comprova a influência política que exerciam os militares donos de terras na região: “quase todos os registros paroquiais de terras de Santana do Livramento foram cobrados. Mas, quando o General David Canabarro declarava suas terras, ele apresentava também as declarações de seus “camaradas”, todas elas realizadas gratuitamente” (CHRISTILLINO, 2010, p. 104).

A estrutura fundiária se estabilizou no final do século XIX, o que pode ser comprovado com a valorização do preço das terras. Segundo Farinatti (2007, p. 65), a “produção pecuária era feita em bases extensivas, tendo necessidade de constante incorporação de fatores produtivos, como a terra e o próprio gado, para se expandir”. O aumento do preço das terras indica uma produção pecuária estável no final do século.

No início do século XIX, no topo da hierarquia socioeconômica, estava a elite de grandes estancieiros. Ao seu lado existiam pequenos e médios criadores de gado, em menor escala, lavradores. “Eles produziam a partir de variadas formas de acesso à terra (posse, propriedade, arrendamento, produção “a favor” nos campos onde estavam agregados) e, muitas vezes, era das famílias desses pequenos produtores que saíam os peões para o trabalho nas estâncias” (FARINATTI, 2010, p. 69). Na campanha “inúmeros pequenos e médios estabelecimentos recortavam a paisagem agrária da região” (GARCIA, 2005, p.41). Alguns produtores menores complementavam suas rendas, com trabalhos sazonais nas estâncias maiores. Ao lado dos peões, os escravos possuíam importância, principalmente nas grandes estâncias, na atividade pecuária (CHRISTILLINO, 2009; FARINATTI, 2010).

A pecuária tradicional foi realizada em campos não cercados por praticamente todo o século XIX, modificando-se somente no final do século através de fatores como o fim da escravidão, a introdução de novas raças animais entre outros. Segundo Farinatti (2010), a importância econômica das grandes estâncias é inegável, indicando que 16 produtores detinham 60% das riquezas e 53% do rebanho de Alegrete^{vi} entre 1831 e 1867.

Em 1858 o rebanho de Santana do Livramento possuía 150 mil cabeças de gado bovino e produzia 14.800 crias de equinos por ano (CHRISTILLINO, 2009). Além da expressiva criação de ovinos, que se expandiu principalmente na segunda metade do século XIX. O rebanho se dividia entre os grandes, médios e pequenos criadores. Farinatti (2010), denomina como grandes criadores, aquelas que possuem mais de 2.000 cabeças de gado bovino, já para Christillino (2009), os grandes criadores são os que possuem mais de quatro mil bovinos, os pequenos são os que possuem até mil e os médios entre mil e quatro mil animais vacuns. Em 1858 existiam 126 criadores, listados pela Câmara de Santana do Livramento. “Desses apenas seis eram grandes criadores e possuíam mais de 4.000 cabeças de gado, 85 criadores tinham até 1.000 animais, pequenos produtores, 35 criadores possuíam entre 1.000 e 4.000 cabeças, criadores médios (CHRISTILLINO, 2009, p. 3).

Os grandes criadores representavam apenas 4,76% do total de criadores em Santana do Livramento. Enquanto os pequenos criadores correspondiam a 67,46%, e os médios a 27,78%. A relação entre o tamanho do rebanho e da propriedade revela a baixa produtividade da pecuária em Santana do Livramento no século XIX, pouco mais de três

hectares por animal (CHRISTILLINO, 2009). Os criadores que possuíam rebanhos médios conseguiam viver confortavelmente com seus ganhos, mas não conseguiam ganhar o suficiente para formarem poupança, apesar de conseguirem manter suas estâncias e não precisarem recorrer a empregos sazonais como complementação da renda.

Os criadores pequenos eram obrigados a vender sua mão de obra para os maiores, acumulando além do trabalho em sua própria propriedade com o gado e a agricultura de subsistência, também o trabalho sazonal nas grandes estâncias da região. (CHRISTILLINO, 2009). Além disso, o trabalho agrega valor comercial a atividade pecuária. No início do século XIX a grande maioria do gado existente nas estâncias era “xucro”, e por isso possuía menor valor comercial. Uma das primeiras atividades de agregação de valor com o trabalho na pecuária foi a doma do gado. Porém, “era corrente a prática de deixar uma grande parte do rebanho como xucro, exigindo uma aplicação de trabalho menor, como uma forma dos criadores conseguirem economizar mão-de-obra” (FARINATTI, 2010, p. 75).

A proporção de gado manso variava com o tamanho do rebanho, em rebanhos de até 100 reses se chegou a 100% em 1850. Na mesma década a proporção de reses mansas em rebanhos de até 500 cabeças era 35%, e nas grandes estâncias com mais de 2.000 reses a proporção de mansas era de apenas 10% (FARINATTI, 2010). Esses dados ajudam a explicar o baixo número de peões na relação de criadores de Santana do Livramento dessa década.

Um elemento importante da produção pecuária do século XIX é a criação de cavalos, indispensável para o trabalho com o gado e também para o transporte, em um espaço de grandes extensões territoriais. A criação de cavalos também possuía valor comercial, principalmente nos períodos de guerras quando a demanda para abastecer o exército aumentava. Assim como para o gado vacum, a doma de cavalos agregava valor ao preço dos animais, podendo elevar o preço em 300%. Isso fazia com que os peões que desempenhassem essa atividade fossem melhor remunerados e os escravos domadores mais valorizados (FARRINATTI, 2010).

3.1 A ECONOMIA DE SANTANA DO LIVRAMENTO NO SÉCULO XX

A economia de Santana do Livramento teve mudança no decorrer do século XX, tornando-se mais dinâmica. O comércio passa a ter relevância na formação econômica do município, surgindo junto com a cidade. Os acampamentos militares quando instalados atraíam diversos comerciantes que se instalavam junto deles (MARIANTE, 1992; ROCHA, 2011). Assim, no acampamento de São Diogo em 1811, não foi diferente. A localização geográfica da cidade colaborou para que o comércio prosperasse. Por estar no meio do caminho, em distâncias praticamente iguais, entre as mercadorias do norte rio-grandense, principalmente as da serra, e o Porto de Montevideo, ligado a todo o mundo, tornou-se um entreposto comercial (CAGGIANI, 1991).

A aproximação de Santana do Livramento com a região do Prata se deu com maior intensidade após a chegada da via férrea em Rivera, ligando a Montevideo e seu importante Porto, no ano de 1892, enquanto que a via férrea brasileira só chegaria em 1910 (CAGGIANI, 1983; SHÄFFER, 1993; ALBORNOZ, 2000). Nessa época Santana do Livramento possuía relações comerciais com quase todo o interior rio-grandense e servia

como intermediária entre os produtos rio-grandenses e os comerciantes estrangeiros (CAGGIANI, 1991).

No começo do século XX, as bases da economia do município eram a pecuária e o comércio. Nesse período, atraídas pelo rebanho do município e região, além da facilidade de escoar a produção pelo porto de Montevideo através da linha férrea uruguaia, começaram a se instalar as primeiras charqueadas em Santana do Livramento. Em 1911 Santana do Livramento possuía cinco grandes charqueadas: charqueada Sant'Ana do Livramento, charqueada São Paulo, Boa Vista, e Sociedade Industrial e Pastoril. Tornando-se o segundo maior centro de abate do estado (150.799 cabeças de gado no ano), apenas atrás de Bagé (SHÄFFER, 1993; ALBORNOZ, 2000).

O principal ponto em comum entre as charqueadas era o capital, que era estrangeiro ou misto, raramente nacional. A primeira charqueada a se instalar na região foi a charqueada Sant'Ana, em 1903, que comprou uma área de 522 hectares, na margem direita do Arroio Carolina, a leste do centro da cidade, em 1917 a charqueada foi vendida ao frigorífico norte-americano Armour. A segunda charqueada foi instalada em 1907, com predomínio de capitais platinos, pela Sociedade Anônima Industrial e Pastoril. Como as demais, escoava sua produção por via férrea e pelos portos de Montevideo e Buenos Aires. A propriedade de 540 hectares possuía 400 habitantes e localizava-se no passo da Carolina, a uma distância de 4,5 quilômetros ao norte do centro da cidade. Em 1918, outra empresa norte-americana, a Wilson, a transformou em frigorífico (SHÄFFER, 1993).

A maior charqueada do município foi a charqueada Sant'Ana do Livramento, constituída por um complexo industrial com mais de 12.000 metros quadrados construídos, com fábrica de velas e de sabão, sete poços artesanais, escola e uma usina de luz elétrica. Contava ainda com cerca de 900 habitantes, 150 casas, em uma área de 522 hectares. Os operários com experiência e o pessoal do escritório vieram de Montevideo. A charqueada funcionava como se estivesse no Uruguai, a língua falada era o espanhol, tanto na fábrica como na escola, os salários eram calculados na moeda uruguaia e pagos em libras esterlinas (SHÄFFER, 1993; ALBORNOZ, 2000).

O impacto do empreendimento foi sentido na economia local. As rendas municipais passaram de 119 contos de réis, em 1902, para 190 contos em 1905, após o primeiro ano de funcionamento da charqueada Livramento. Pouco tempo depois o saladeiro passou a ser a segunda maior firma rio-grandense, em 1907, e a 16ª empresa industrial do Brasil, contava com 400 trabalhadores. Em 1906 havia abatido mais de 88 mil cabeças, enquanto a maior charqueada do estado abateu no mesmo período pouco mais de 62 mil reses. Sua exportação era através da estrada de ferro uruguaia, que teve sua linha estendida de Rivera até dentro da charqueada (ALBORNOZ, 2000).

O desenvolvimento industrial trouxe consigo um crescimento econômico de todos os setores da sociedade. Os estancieiros se capitalizaram, pois seus gados valiam mais, não tendo que deslocar-se até as cidades vizinhas, [...] O comércio vitalizou-se, pois havia mais dinheiro rodando (ALBORNOZ, 2000, p. 77).

O aumento da renda gerada pela atividade industrial refletiu na melhoria da infraestrutura urbana, a exemplo: inauguração da Santa Casa de Misericórdia (primeiro hospital) em 1903; em 1905 no serviço telefônico; em 1906 na geração de luz elétrica; o saneamento público, em 1918; em 1919 primeiro poço de água potável; em 1931 se

passou a ter água encanada e esgoto; transporte aéreo entre Santana do Livramento e a capital estadual Porto Alegre, inaugurado em 1932, (CAGGIANI, 1983; 1984; 1986; ALBORNOZ, 2000). Ou seja, na década de 1930, o município possuía infraestrutura e serviços que poucos outros tinham no país, fruto de sua importância econômica.

As indústrias que surgiram podem ser divididas entre as relacionadas diretamente com a atividade pecuária e as que se beneficiaram com a renda gerada por elas. Segundo Schäfer (1993, p. 49) Santana do Livramento, em 1940,

[...] situava-se como o terceiro parque industrial gaúcho. Contava com quatro frigoríficos, três torrefações de café, 11 charqueadas e uma cervejaria de expressão regional (Gazapina), de um conjunto de aproximadamente 50 estabelecimentos industriais, que empregavam cerca de 3 mil operários.

Outra indústria de destaque relacionada à atividade pecuária foi a lanífera. Uma das características produtivas de Santana do Livramento sempre foi a produção ovina em paralelo a bovinocultura. Desde a colonização jesuítica a ovinocultura já era praticada, tanto pela carne como pela lã (USLER, 2011). No início do século XX, ocorreu a expansão da atividade pecuária ovina, impulsionada pela valorização da lã no mercado internacional (VIANA; SILVEIRA, 2009). Assim, ao mesmo tempo que se instalavam as charqueadas, começou a funcionar, no ano de 1908, em Santana do Livramento (que possuía o maior rebanho ovino do estado), o Lanifício Albornoz, que recebia a lã dos produtores locais (SHÄFFER, 1993; FERNANDES, 2009).

O lanifício “consolidou-se em 1952 como empresa de industrialização de lã, importando maquinário, aumentando o número de empregados e iniciando exportações” (SHÄFFER, 1993, p. 47). A empresa chegou a ter a capacidade de absorver 6,5 toneladas de lã bruta no ano e era responsável pelo processamento industrial e distribuição da lã nos mercados europeus e americanos.

Também nessa época, décadas de 1930 e 1940, os serviços relacionados ao turismo começam a se expandir.

A guerra na Europa, impossibilitando o turismo para aquele continente, estimulou entre os uruguaios o consumo de turismo interno. A implementação do cassino em Rivera, a criação do Parque Internacional e a própria característica especial daquela linha de fronteira incentivaram um trânsito que ultrapassou o mero turismo de compras, que até então se fazia e que explicava a presença de uma rede hoteleira nas duas cidades (SHÄFFER, 1993, p. 50).

O aumento do turismo não beneficiou somente a expansão dos serviços, mas sim o comércio. Segundo Albornoz (2000) o comércio na fronteira naquela época era como se fosse de primeiro mundo, atraía visitantes de toda a região.

3.1.1 O frigorífico Armour

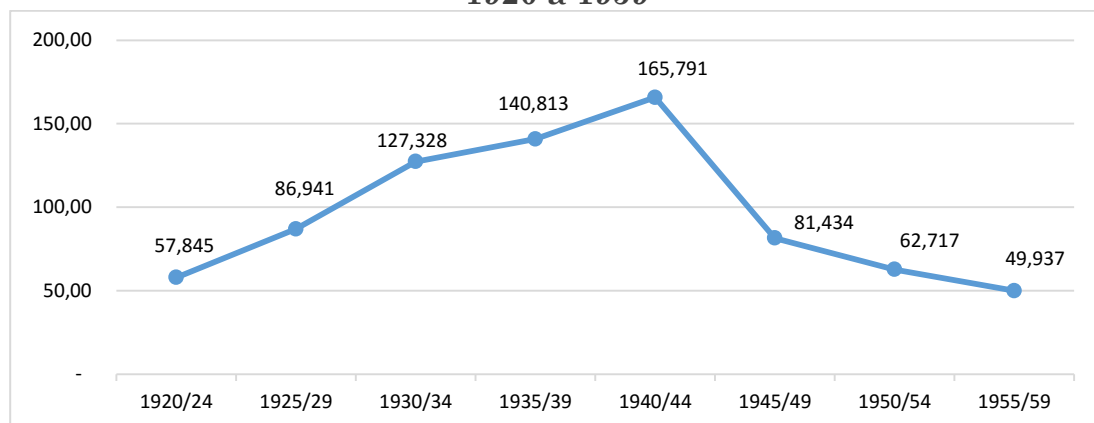
Na década de 1930 a maior expressão industrial do município era o frigorífico Armour, responsável por 83% da produção industrial e empregava 85% dos industriários do município (2.360 operários). Ao adquirir a charqueada Sant’Ana em 1917, a empresa Armour implementou um frigorífico. Por falta de mão de obra local, trouxe trabalhadores de fora, principalmente da Argentina. Os equipamentos foram trazidos dos Estados Unidos (General Electric) e Inglaterra (British Structural) via

Montevideo e os engenheiros e construtores vieram do Uruguai. Foram construídas além das instalações industriais, o edifício da gerência, uma casa para funcionários solteiros, trinta e duas casas para funcionários casados, e um clube esportivo, com campo de golfe e quadra de tênis (ALBORNOZ, 2000).

Segundo Alborno (2000), os funcionários do Armour estavam divididos em três escalões, o primeiro composto pelos dirigentes, o segundo por técnicos e chefes de seção, que receberam casas para morar dentro da planta industrial e o terceiro por operários que trabalhavam por safra. Além do capital norte-americano, o Armour também trouxe o modelo de organização da produção fordista e taylorista. O gerenciamento científico do frigorífico Armour visava o aproveitamento máximo do trabalho.

A produção do frigorífico foi expressiva durante a primeira metade do século, impulsionada principalmente pela demanda de carne decorrente da Segunda Guerra Mundial (gráfico 1). No quinquênio de 1920-24, a média anual de bovinos abatidos pelo frigorífico foi de aproximadamente 58 mil cabeças, menor do que nos anos de pico da charqueada livramento, que abateu 88 mil cabeças em 1906, por exemplo.

Gráfico 1 - Média anual de abate do frigorífico Armour por quinquênio de 1920 a 1959



Fonte: Elaboração própria a partir de ALBORNOZ (2000).

No quinquênio seguinte a média anual de abate começou a crescer, passou para aproximadamente 87 mil cabeças, atingiu o pico no quinquênio de 1940-44, com média anual de 165 mil cabeças. O período de maior produção do frigorífico coincide com a Segunda Guerra Mundial, que constituiu um mercado consumidor da carne exportada pelo frigorífico. Com o fim da guerra, o abate no Armour começou a diminuir e nos quinquênios de 1950-54 e 1955-59, a média anual de abate foi menor do que a da charqueada Livramento no começo do século (63 mil aproximadamente no primeiro e 50 mil no segundo). Também pode ter contribuído para a redução no número de abates do Armour, o surgimento das cooperativas de criadores.

3.1.2 A agricultura como diversificação produtiva

O arroz foi a primeiro cultivo agrícola relevante comercialmente na região da campanha. Segundo Bandeira (1994) e Rocha (2011), já no começo do século XX, o arroz aparece como uma forma moderada de diversificação produtiva, em relação à atividade pecuária extensiva. Mas, é na década de 1970, com a expansão do plantio de lavouras

modernas em nível nacional, principalmente a da soja, que a agricultura começa a ganhar espaço em Santana do Livramento (MONTEBLANCO, 2013).

No início, havia receio entre os estancieiros em investir na agricultura, pois eles não dominavam os instrumentos de crédito e desconheciam as técnicas de melhoramento dos rebanhos e das pastagens (FONTOURA, 2000). O crédito rural obtido pelos pecuaristas era pouco aplicado em aumentar a produtividade, uma prática comum na década de 1970 era a obtenção de recursos do crédito rural com taxa de juros de 6% ao ano e o investimento de parte desses recursos na poupança que rendia 12% ao ano no período (MONTEBLANCO, 2013).

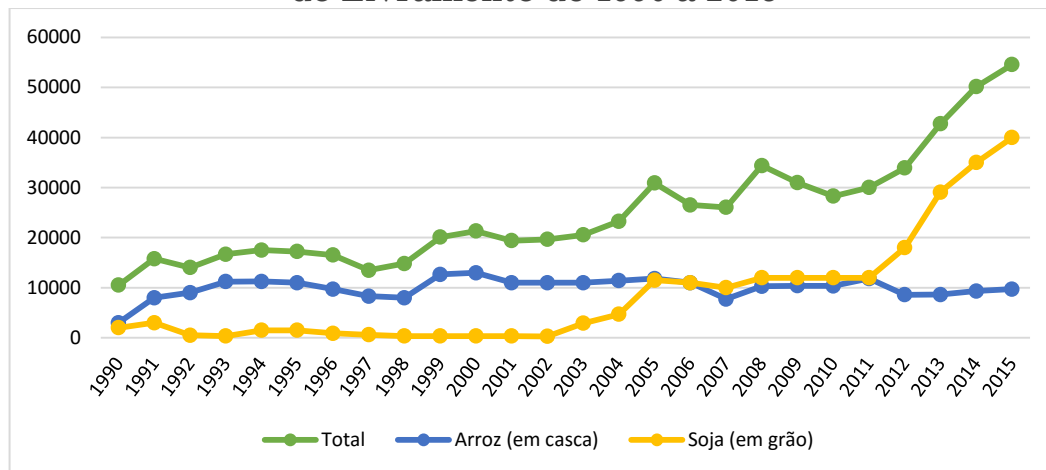
A baixa no preço do gado e a modernização da agricultura, com o crédito subsidiado em outras regiões do Rio Grande do Sul, repercutiram na campanha gaúcha, tornando a agricultura uma alternativa aos proprietários de terras da região. A escassez de terras no norte do estado, onde a modernização penetrou primeiro, desencadeou na procura por terras para agricultura na campanha, fazendo com que alguns estancieiros conseguissem ganhar com o arrendamento e venda de suas terras (MONTEBLANCO, 2013). A agricultura e a pecuária extensiva passaram a dividir espaços substanciais (CHELOTTI, 2005).

Na década de 1970 iniciaram-se também estudos de pesquisadores norte-americanos, em parceria com a Universidade Federal de Pelotas e Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul, que identificaram fatores físicos da região da campanha que favorecem a produção de uvas viníferas (FLORES, 2011). Conforme Monteblanco (2013, p. 161), “a região da Campanha, representada principalmente pelos municípios de Santana do Livramento e Bagé, apresenta o melhor conjunto de condições climáticas, pedológicas, geomorfológicas e topográficas para a produção de vinhos finos do Rio Grande do Sul”. Decorrente dessa condição favorável, Santana do Livramento atraiu investimentos para a produção vinícola, fora do eixo tradicional da serra rio-grandense.

Assim, as estâncias da região, caracterizadas por grandes latifúndios, passaram por transformações na década de 1970, com a introdução da cultura do arroz, soja e chegada das empresas vinícolas. Para Machado e Vela (2011, p. 4), “nenhuma dessas logrou modificar a estrutura fundiária profundamente ou chegou a ameaçar a paisagem nos pampas marcada pelos rebanhos bovinos alimentando-se nas vastas coxilhas”. A pecuária continuou sendo a atividade econômica predominante (CHELOTTI, 2005).

A utilização das terras em 1995, comprova a predominância da pecuária. De um total de 645 mil hectares da área rural, a pecuária ocupa 540 mil hectares, ou aproximadamente 84% do total. Se somada a área mista entre pecuária e a lavoura esse percentual chega a aproximadamente 92%. Ou seja, por mais que a lavoura tenha se expandido na segunda metade do século, ela ainda era, em meados da década de 1990, insignificante em relação a pecuária, o que perdura até os dias atuais (IBGE, 2016).

Gráfico 2 - Área plantada das lavouras temporárias, arroz e soja, em Santana do Livramento de 1990 a 2015



Fonte: IBGE (2016).

A média da área plantada anual de arroz durante o período de 1990 a 2015 foi de 9.970 hectares, variando entre sete mil e 13 mil hectares. Depois de 2003 a área plantada de soja começa a crescer exponencialmente. Segundo Pizzato (2013), a expansão da soja no pampa rio-grandense (região da campanha), está atrelada a superação dos limites físicos e histórico-culturais. Em relação aos primeiros, na década de 1990 se desenvolveram técnicas que permitiam sua superação, como o plantio direto, além do uso de sementes transgênicas que permitiram o avanço da fronteira agrícola.

A média anual entre 2006 e 2015, da área plantada de soja foi de 19.110 hectares, e o plantio de soja superou o plantio de arroz no município durante todo esse período. A partir de 2011, a área cultivada de soja aumentou ainda mais rápido, passando de 12 mil hectares para 40 mil hectares em 2015. O aumento dos últimos anos pode estar relacionado à desvalorização do real frente ao dólar, elevando as exportações. A área plantada de soja parece ter se expandido sobre a área antes destinada à pecuária e outras culturas agrícolas temporárias, mas sem interferir no plantio de arroz, já que em 2015 a área plantada de arroz foi 9.715 hectares bem próximo a média do período de 1990-2015. O total da área cultivada de culturas temporárias, aumentou de aproximadamente 10 mil hectares em 1990 para aproximadamente 55 mil hectares em 2015, indicando a expansão da soja impulsionou a agricultura, porém essa corresponde a menos de 10% da área rural do município.

3.1.3 Os assentamentos sem-terra e a agricultura familiar

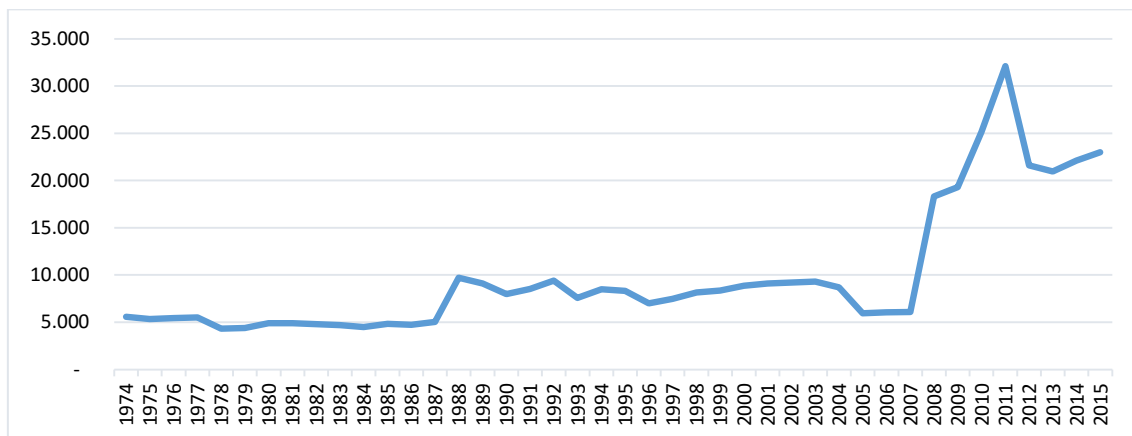
A introdução dos assentamentos na região inicia na década de 1990 e possui forte relação com a “reforma agrária”. Os assentamentos deram destaque e representatividade à agricultura familiar na região, modificaram a base produtiva e deram nova dinâmica à estrutura agrária. A reprodução social da agricultura familiar tem como premissa básica a produção de alimentos diversos. No contexto dos assentamentos da fronteira Oeste, a produção de alimentos tem sido conciliada com a criação de animais. Para a manutenção da agricultura familiar em meio ao cenário

latifundiário da região a estratégia utilizada tem sido a cooperação entre as famílias (TROIAN; BREITENBACH, 2016).

Santana do Livramento é o município da região da campanha que mais recebeu assentamentos da “reforma agrária”, promovida pelo Governo Federal, Estadual e pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), a partir da década de 1990 (CHELOTTI, 2005; AGUIAR, 2011; MONTEBLANCO, 2013). Foram criados 30 assentamentos no município entre 1992 e 2008, nos quais vivem 936 famílias. O censo agropecuário demonstrou que existiam em 2006, no município, 1.729 estabelecimento destinados a agricultura familiar que ocupavam uma área de aproximadamente 50 mil hectares e 885 estabelecimentos não familiares que ocupavam uma área aproximada de 570 mil hectares em Santana do Livramento (IBGE, 2006). Ou seja, apesar do elevado número de assentamentos, a estrutura fundiária do município mantém-se concentrada.

Os assentamentos produzem um espaço rural de atividades familiares. A produção está centrada nas atividades agrícolas e agroindustrial para o autoconsumo, da pecuária leiteira como forma de gerar renda e o crescente monocultivo de soja. Fazem parte da agricultura de subsistência a horticultura a fruticultura e a criação de pequenos animais como porcos e galinhas, que também serve de base para a produção de alguns produtos agroindustriais, como geleias, pães, salames, queijo e outros (MONTEBLANCO, 2013).

Gráfico 3 - Produção de Leite em Santana do Livramento de 1974 a 2015 (em mil litros)



Fonte: IBGE (2016).

A principal atividade geradora de renda nos assentamentos tem sido a pecuária leiteira, que é desenvolvida em sua maioria aproveitando as pastagens naturais da campanha, com suplementações de pastagens plantadas, além da prática da silagem. A produtividade média dos assentados é de 1.200 litros/mês por família (AGUIAR, 2011; MONTEBLANCO, 2013). A produção leiteira dos assentados incrementou a produção de leite no município. Em 2007 a produção de leite foi de aproximadamente seis milhões de litros, no ano seguinte a produção aumentou para 18 milhões de litros, ou seja, a produção triplicou em apenas um ano.

O aumento da produção leiteira continuou crescendo até atingir 32 milhões de litros em 2010. Nos anos seguintes até os 2015 a produção se estabilizou na casa dos 20 milhões de litros. A crescente produção leiteira da região da qual os assentados são responsáveis por mais da metade, atraiu a instalação da empresa Cosulati no município. HEYDT, Dylan; HOFF, Debora Nayar; TROIAN, Alessandra. A Formação Econômica de Santana do Livramento/RS: Análise da Pecuária como Eixo Estrutural. *Revista Estratégia e Desenvolvimento*, Santana do Livramento, v. 2, n. 1, p.32-54, jul. 2018. Semestral.

A empresa recebe o leite dos assentados, que é recolhido e transportado pela COPERFORT (Cooperativa Regional dos Assentados da Fronteira Oeste), demonstrando a importância das cooperativas para a produção dos assentados. Além da COPERFORT contam também com a Cooperativa de Prestação dos Serviços Técnicos (COPTec), responsável pela assistência técnica (MONTEBLANCO, 2013).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa procurou demonstrar a influência da pecuária na formação econômica de Santana do Livramento. A partir de cortes verticais no tempo, como prevê o método histórico-estruturalista, analisando a pecuária como elemento central de cada espaço temporal, buscou-se identificar os vínculos da atividade pecuária com o Rio Grande do Sul, os quais antecedem a formação econômica do município e também impõem influência sobre esta.

Identificou-se que os jesuítas lançaram as bases da atividade pecuária no território rio-grandense, em suas reduções desenvolveram junto aos índios técnicas produtivas que seriam aperfeiçoadas ao longo dos séculos. Visando armazenar o gado criaram as primeiras estâncias, que serviram como molde às estâncias luso-brasileiras.

A quantidade de gado na região atraiu o interesse das coroas ibéricas. Em decorrência dos interesses comerciais das coroas, começaram a se instalar as primeiras estâncias não missionárias no sul. Desencadeando uma série de conflitos pela posse desse território, estes resultaram na distribuição de grandes lotes de terras na forma de sesmarias, principalmente para militares que participaram dos conflitos, como estratégia para manutenção do território, sendo cada estância uma célula militar. Originando assim uma elite militar, com grandes quantidades de terra e gado, que lhes permitiu um nível confortável de riqueza e considerável poder político, contribuindo para a manutenção da estrutura fundiária em toda a Metade Sul ao longo dos séculos e para a baixa diversificação da produção.

Nesse contexto de conflitos, grandes propriedades, elite militar e baixa diversificação produtiva, surge Santana do Livramento. A primeira atividade econômica desenvolvida no território do município, ainda no período das estâncias missionárias, foi a criação de gado bovino, ovino e equino. O século XIX foi marcado pela consolidação sócio espacial do Rio Grande do Sul. Especificamente em Santana do Livramento os conflitos militares, influenciaram a povoação e a hierarquia social, deu origem ao comércio e definiu a posse das terras e do gado. A produção pecuária em um primeiro momento era feita em campo aberto, onde boa parte dos rebanhos eram criados “xucros”, diminuindo a quantidade de trabalho necessário nas estâncias. A mão de obra empregada era constituída por índios, escravos e alguns pequenos produtores que vendiam sua força de trabalho aos grandes estancieiros, como forma de complementação da renda. Em um segundo momento, mais no final do século, o cercamento dos campos modificou as relações de trabalho, e diminuiu ainda mais a quantidade de mão de obra necessária, que somada ao fim da escravidão determinou o processo de urbanização da cidade.

No final do século XIX se intensifica a atividade comercial. O comércio local se beneficia, sobretudo, da linha férrea uruguaia, que permite o intercâmbio dos produtos provenientes da Serra e outras localidades do Rio Grande do Sul, pelos produtos

importados de todo o mundo que chegavam ao porto de Montevideo. A prosperidade comercial atrai imigrantes de diversos lugares do mundo para o município, principalmente da Espanha e Itália, que estabelecem um comércio forte e organizado na fronteira já no final do século.

O município já prosperava no comércio e na pecuária, nos primeiros anos do século XX, além de possuir grandes rebanhos e facilidade de escoamento da produção. Neste cenário originam as charqueadas e lanifícios, que industrializavam a matéria prima proveniente da pecuária. O cenário externo possibilitou a expansão das atividades decorrentes da elevação da demanda mundial, principalmente por carne.

Em um segundo momento, nesse mesmo contexto se instalam no município dois grandes frigoríficos norte-americanos, o Armour e o Wilson, impactando a economia local, capitalizando os demais setores da economia, principalmente o comércio e a pecuária. O aumento da renda municipal também possibilitou o surgimento de outras indústrias de menor porte, que visavam abastecer o mercado local, a exemplo da cervejaria Gazapina.

O desenvolvimento da indústria na primeira metade do século XX caracterizou a “*Belle Époque*” de Santana do Livramento, principalmente entre as décadas de 1920 e 1950, quando a prosperidade econômica fez da cidade a sexta maior do estado, possibilitou o desenvolvimento das artes e da cultura. Pode-se dizer que Santana do Livramento foi uma cidade desenvolvida em relação aos parâmetros da época. Porém, esse auge econômico era proveniente da instalação de indústrias multinacionais, que geravam renda para os demais setores, e não se pensava que um dia essas empresas que buscavam o maior retorno ao seu capital, pudessem ir embora para outros lugares que lhes proporcionassem maiores lucros. E de fato isso aconteceu, na segunda metade da década essas empresas começaram a deixar a região, que somado a crise internacional no mercado da lã, desestruturou toda a economia do município.

Na segunda metade do século XX, a diversificação da produção ficou limitada ao cultivo de algumas lavouras agrícolas, principalmente o arroz, a soja e a uva. Se aproveitando de incentivos governamentais na forma de créditos subsidiados para a agricultura. Porém, por mais que a agricultura tenha se desenvolvido nos últimos anos, ela ainda é insignificante em relação a área que ocupa frente à pecuária. Mesmo com a crise dos frigoríficos o rebanho bovino em Santana do Livramento continuou a aumentar e o ovino depois de um longo período de queda, parece ter se estabilizado.

Os prejuízos causados pela desindustrialização ainda não foram recuperados, dentre eles o forte fluxo migratório em direção a outras regiões. No cenário atual tem se pensado diversas formas para desenvolver a Metade Sul do Rio Grande do Sul como um todo. A principal medida tomada nesse sentido em âmbito federal, foi à criação da Universidade Federal do Pampa, em 2006, abrangendo 10 cidades da Metade Sul do Rio Grande do Sul, dentre elas Santana do Livramento.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, J. S. **Uso da terra técnica e territorialidade:** os assentamentos de Santana do Livramento/RS. 2011. 255 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

HEYDT, Dylan; HOFF, Debora Nayar; TROIAN, Alessandra. A Formação Econômica de Santana do Livramento/RS: Análise da Pecuária como Eixo Estrutural. **Revista Estratégia e Desenvolvimento**, Santana do Livramento, v. 2, n. 1, p.32-54, jul. 2018. Semestral.

ALBORNOZ, V. P.L. **Armour**: Uma Aposta no Pampa. Santana do Livramento, RS: Pallotti, 2000.

BANDEIRA, P. S. As raízes históricas do declínio da Região Sul. In: ALONSO, José A. F. et al. **Crescimento Econômico da Região Sul do Rio Grande do Sul**: causas e perspectivas. Porto Alegre, 1994, FEE.

BRUM, A. J. **Modernização da Agricultura**: Trigo e Soja. Ijuí-RS: FIDENE, 1985.

CAGGIANI, I. **100 Anos de Comércio**: Sant'Ana do Livramento 1991. EDIGRAF, 1991.

CAGGIANI, I. **Sant'Ana do Livramento**: 150 anos de história. I Volume. Sant'Ana do Livramento, ASPES, 1983.

CAGGIANI, I. **Sant'Ana do Livramento**: 150 anos de história. II Volume. Sant'Ana do Livramento, ASPES, 1984.

CAGGIANI, I. **Sant'Ana do Livramento**: 150 anos de história. III Volume. Sant'Ana do Livramento, ASPES, 1986.

CHELOTTI, M. C. A dinâmica do espaço agrário no município de Sant'Ana do Livramento/RS: das sesmarias aos assentamentos rurais. **Estudos Geográficos**. Rio Claro, v. 1, n. 3, p. 53 – 70, jan/jun. 2005.

CHRISTILLINO, C. L. A pecuária no Brasil Meridional: a estrutura dos rebanhos e a classificação dos criadores. In:...**ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História – Fortaleza**, 2009.

CHRISTILLINO, C L. **Litígios ao sul do Império**: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880). 2010. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense. Niterói.

FARINATTI, L. A. E. **Confins meridionais**: famílias de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865). 2007. 421 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

FARINATTI, L. A. E. Domesticação, técnica e paisagem agrária na pecuária tradicional da Campanha Rio-Grandense (Século XIX). **A sustentabilidade da Região da Campanha-RS**, p. 62, 2010.

FERNANDES, V. Dinâmica dos sistemas agrários na fronteira oeste: Sant'Ana do Livramento (século XV-XX). **Pampa sem fronteiras**, Santana do Livramento, v1, p. 43, ago. 2009.

FLORES, S. S. **Desenvolvimento territorial sustentável a partir da vitivinicultura: o caso dos “Vinhos da Campanha”**. 2011. 153 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

FLORES, M. **Colonialismo e Missões jesuíticas**. 3. Ed. Porto Alegre: Edições EST, 1996.

FONTOURA, L. F. M. A produção social do espaço agrário. In: VERDUM, R. BASSO, L. SUERTEGARAY, D. **Rio Grande do Sul: paisagens em transformação**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FURTADO, C. **Análise do Modelo Brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GARCIA, G. B. **O Domínio da terra: conflitos e estrutura agrária na Campanha Rio-grandense oitocentista**. 2005. 195 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HOFF, D. N. **Método estruturalista e enfoque histórico estruturalista da CEPAL**. Texto para Discussão. NERU, IEUFU, 2014.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/>>, acesso em: 25/10/2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Base de Dados Agregado – SIDRA**. Pesquisa da Pecuária Municipal. Disponível em: www.sidra.ibge.gov.br. Acessado em: 16 maio de 2016.

MACHADO, S. M. M.; VELA, J. M. Apontamentos acerca da discussão sobre a introdução das empresas de celulose nos pampas gaúchos: Para onde vai a fronteira Sant’ Ana do Livramento e Rivera?. **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, n. 47E, p.1- 15 2011.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARIANTE, H. M. Aspectos Militares da Capitania e Província do Rio grande do Sul. **Revista do instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, v. 128, p 57-67, 1992.

MONTEBLANCO, F.L. **O Espaço rural em questão: formação e dinâmica da grande propriedade e dos assentamentos da reforma agrária em Santana do Livramento/RS**. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, BR-RS, 2013.

HEYDT, Dylan; HOFF, Debora Nayar; TROIAN, Alessandra. A Formação Econômica de Santana do Livramento/RS: Análise da Pecuária como Eixo Estrutural. **Revista Estratégia e Desenvolvimento**, Santana do Livramento, v. 2, n. 1, p.32-54, jul. 2018. Semestral.

MURADÁS, J. **A geopolítica e a formação territorial do Rio Grande do Sul**. 2008. 339 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

PESAVENTO, S. J. **História do Rio grande do Sul**. Mercado Aberto, 1985.

PESAVENTO, S J. **RS, agropecuária colonial & industrialização**. Mercado Aberto, 1983.

PIZZATO, F. **Pampa gaúcho: causas e consequências do expressivo aumento das áreas de soja**. 2013. 106 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

POTOKO, C. A. **Sant’Ana do Livramento: 1823**. Fundação Biblioteca Nacional, 2013.

PRADO JUNIOR, C. **História Econômica do Brasil**. Brasiliense, 1976.

QUEIROZ, M. L. B. **A Vila do Rio Grande de São Pedro: 1737-1822**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas. Florianópolis, 1985.

ROCHA, J. M. da. **As raízes da crise da Metade Sul: estudo da formação econômica do Rio Grande do Sul**. Unipampa, 2011.

TROIAN, A.; BREITENBACH, R. A Agricultura Familiar na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul: Estratégias e Formas de Reprodução Social. In: **Anais... 54º Congresso da sociedade brasileira de economia, administração e sociologia rural**. Maceió/AL, 2016.

UESLER, C. O espaço rural missioneiro: núcleos produtivos uma revisão necessária. In: COLVERO, Ronaldo; MAURER, Rodrigo F. (Ed.). **Missões em mosaico: da interpretação à prática: um conjunto de experiências**. 2011.

VIANA, J. G. A.; SILVEIRA, V. C. P. Cadeia produtiva da ovinocultura no Rio Grande do Sul: um estudo descritivo. **Revista em Agronegócios e Meio Ambiente**, v.2, n.1, p. 9-20, jan./abr. 2009.

ⁱ Segundo Gil (2008, p. 19) “o termo estruturalismo é utilizado para designar correntes de pensamento que recorrem à noção de estrutura para explicar a realidade em todos os seus níveis”. O pensamento dialético é uma das correntes que influencia o estruturalismo. Para Marconi e Lakatos (2003, p. 111) “o método parte da investigação de um fenômeno concreto, eleva-se a seguir ao nível do abstrato, por intermédio da constituição de um modelo que represente o objeto de estudo retomando por fim ao concreto”, e então apresenta-se “como uma realidade estruturada e relacionada com a experiência do sujeito social”. Quando se utiliza o método estruturalista, “não se analisa mais os elementos em si, mas as relações que entre eles ocorrem, pois somente estas são constantes, ao passo que os elementos podem variar. Dessa forma, não existem fatos isolados passíveis de reconhecimento, pois a verdadeira significação resulta da relação entre eles”. Assim, “abaixo de todos os fenômenos existe uma estrutura invariante [...] [e] toda análise deve levar a um modelo, cuja característica é a possibilidade de explicar a totalidade do fenômeno, bem como sua variabilidade aparente” (MARCONI, LAKATOS, 2003, p. 111; HOFF, 2014).

ⁱⁱ Que diz respeito a saladeiro ou à indústria do charque.

ⁱⁱⁱ O mais meridional dos 30 povos das missões, a sua redução se localizava na atual Argentina (MONTEBLANCO, 2013).

^{iv} Marechal do Exército do Império do Brasil, herói da Guerra da Cisplatina, da Guerra do Prata, da Guerra do Paraguai e da Guerra da Independência do Brasil (1822/1824) (POTOKO, 2013).

^v Segundo Chistillino (2010), somente em 1920 o exército brasileiro resgatou a imagem do Duque de Caxias como o líder da guerra.

^{vi} Somente em 1857 Santana do Livramento é desmembrada do município de Alegrete.